

**Trabalho, abolição e abolicionistas na Corte.**

RAFAEL MAUL DE CARVALHO COSTA \*

Esta comunicação apresenta um panorama de reflexões elaboradas no segundo capítulo de tese de doutorado defendida em 2012. A tese procurava contribuir no campo de estudos que vem relacionando a *experiência*, no sentido empregado por E. P. Thompson, de trabalhadores “livres” e escravizados. Procuramos, assim, compreender os trabalhadores e suas organizações no espaço da cidade, os trabalhadores e suas relações com outros setores da sociedade que lutavam pela abolição da escravidão e os avanços e limites das lutas por cidadania tanto em uma perspectiva empírica, quanto teórico-histórica. O que se apresenta aqui é parte do ponto central em que abordamos o desenvolvimento da luta abolicionista entre os trabalhadores não-escravizados.

O processo de abolição vai se delineando ao longo da segunda metade do século XIX, comportando uma série de projetos que vão sendo discutidos, elaborados e disputados, refletindo não apenas o posicionamento sobre a questão da escravidão, mas também sobre como deveria se organizar a sociedade de uma maneira mais geral. Mesmo que levemos em conta o fato de que nem toda a ação política tem um direcionamento claro para um projeto de sociedade – e que em alguns momentos as pessoas ajam focadas apenas em algum problema particular e transitoriamente central –, em relação ao fim do trabalho escravo no país o problema central por si só já transforma toda a organização social, e, portanto, os rumos do processo inscrevem suas características na nova configuração desta sociedade.

**1. Abolição entre os trabalhadores não-escravizados de fato, porém, moralmente.**

O desenvolvimento da ideia da escravidão moral (*O Typographo*, número 4), e a compreensão de quem impõe esta condição aos trabalhadores, vão com o passar do tempo levando os trabalhadores a construir uma ideia de sociedade sem a existência de nenhuma das formas de escravidão percebidas por eles. É na realização cotidiana de suas condições de vida, e pelos motivos que as produzem, que os trabalhadores não escravizados de fato, mas moralmente, vão se inserir no movimento abolicionista, compreendendo em alguns momentos o papel dos patrões e em outros do “Estado”, como opressores. Em verdade, não nos parece que eles se *inserem*, e sim *constroem*, pois não chegam atrasados nessa luta, se fazendo presentes desde o princípio.

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

A proximidade das experiências de escravizados e livres é, portanto, o elemento formador das ideias abolicionistas entre esses últimos. A expressão organizada destas ideias se dá em grande parte no interior das organizações de trabalhadores já existentes. A forma organizativa mais comum entre os trabalhadores no período tratado são as sociedades de auxílio mútuo\*, que representam em sua estrutura projetos determinados de sociedade que extrapolam a própria ação dos trabalhadores (a ideia do mutualismo é apresentada não só no Brasil como alternativa à formas de organizações mais combativas), entretanto, as ações dos trabalhadores, em uma contraposição dialética, também extrapolam por diversas vezes a característica consensual dos projetos representados pelo mutualismo. Esta última extrapolação está intimamente ligada aos limites que existiam para que os trabalhadores resolvessem os seus problemas sem reconhecer no Estado e nos proprietários os verdadeiros responsáveis por eles, e, portanto, passassem a cobrar pelas suas resoluções. Segundo Mattos, no “fim da década de 1870, já era possível associar o surgimento de uma organização mutual não só a um (ou vários) grupo(s) profissional(ais), como também à luta de tal(ais) grupo(s) por uma demanda relativa ao trabalho, em oposição aos interesses patronais” (MATTOS, 2008, p. 101).

Sabemos que o compartilhamento de espaços da cidade (trabalho e moradia) por escravizados e não-escravizados foi decrescendo ao longo de toda a segunda metade do século XIX, mas não devemos supor a partir deste fato que a percepção da experiência comum e da necessidade da abolição também decresceu, ao contrário, é possível supor que os trabalhadores “livres” destes estabelecimentos (e também os libertos) agregaram suas experiências ao movimento em prol da abolição, e não somente aderiram aos programas de outros grupos sociais. É a partir destas organizações que vamos percebendo os posicionamentos dos trabalhadores não escravizados e de suas organizações frente ao trabalho escravo.

### 1.1 Tipógrafos

O caso dos tipógrafos já foi abordado por nós em outros momentos, além de ter sido mais amplamente trabalhado por outros autores. Aqui nos valeremos apenas dos aspectos que ajudam a delinear a reflexão que nos propomos.

---

\* Muitas sociedades denominadas como beneficentes tinham também uma função mutual, apesar de formalmente existirem diferenças entre as naturezas das duas formas organizativas.

O compartilhamento de experiências entre escravizados e “livres” estava presente desde o momento de fundação da Tipográfica Fluminense. Neste primeiro esforço organizativo da categoria havia um tipógrafo *cativo*, que, aos olhos da lei imperial, perdeu seu título de *fundador* uma vez que os esforços para alforriá-lo não tiveram sucesso (VITORINO, 1995, p. 81). No final da década de 60, podemos perceber umas das origens possíveis da estruturação de uma ideia abolicionista entre os tipógrafos. Trata-se das comparações das experiências de vida e produção em que eles se perguntavam sobre o sofrimento de um escravizado de fato, e de um autodenominado “trabalhador escravizado moralmente” (*O Typographo*, nº 2, 04 de novembro de 1867). Nestas comparações reside uma das origens tanto da defesa da causa abolicionista entre aqueles que não eram escravizados, quanto do processo de formação de uma consciência de classe que pudesse comportar todas essas experiências de vida e luta na cidade do Rio de Janeiro. Não há dúvida que era preciso lutar contra a escravização, mesmo que em um primeiro momento fosse contra aquela qualificada como *moral*.

Ao que parece, reconheciam também que seus “superiores” não estavam ao menos habilitados para escrever sobre as desumanidades da escravidão, uma vez que submetiam seus empregados a situações de igual sofrimento, questões estas ditas sem meias palavras:

*“Quem estudar com severidade a linguagem dos redatores desses jornais e acompanhá-los em suas cantilenas diárias, entrará no conhecimento de que apregoam a liberdade continuando a escravidão: estarão eles por ventura habilitados para escrever sobre ela?”* (*O Typographo*, nº 2, 04 de novembro de 1867)

Para June Hahner, o final dos anos 1880 foi o momento que estes trabalhadores conseguiram retomar a combatividade que tiveram em 1858, justamente em função da luta abolicionista (HAHNER, 1993, p.107). Já no final década de 1870, contudo, a IATF contribuiu com a campanha abolicionista, promovendo em 1879, por exemplo, uma conferência com Vicente de Souza, intitulada “O Império e a Escravidão; o Parlamento e a Pena de Morte” (BATALHA, 1999, p.63). Segundo Mattos, essa conferência trata-se “de um acontecimento que ocupa um ponto de junção entre campanha abolicionista, campanha republicana e associativismo operário (...)” (MATTOS, 2008, p. 159). Essa junção pode ser observada também nas páginas do periódico *O Trabalho*, que era redigido e editado pelo tipógrafo Júlio Ladislau. No aniversário de oito anos da Lei do Ventre Livre, este jornal editava um artigo sobre a história da escravidão e a favor da abolição. Em meio à elogios

ao Visconde de Rio Branco e com visões um tanto quanto religiosas e preconceituosas sobre a vida dos escravos antes de serem escravizados no continente africano, o artigo monta uma imagem “silvestre” daqueles trabalhadores: “A civilização caminha (...) e tú, desgraçado escravo, continuas a não ter o direito sequer de odiar o teu semelhante que arranca das feridas sangrentas que te faz com o açoite as riquezas que vai ostentar nas orgias dos salões!” (*O Trabalho*, nº 5, 28 de setembro de 1979). Criticava o governo imperial e, ironicamente, os afazeres do imperador que o impediam de dedicar-se a causa da abolição, sem, contudo, criticar Rio Branco: “se é uma lei manca a do ventre livre, (...) a culpa não é do sr. Visconde do Rio Branco, é do poder pessoal que a ditou. (...) Será também por culpa desse poder que ainda nada se disse sobre o destino que o governo pretende dar aos ingênuos?” (*O Trabalho*, nº 5, 28 de setembro de 1979)

Em 1880 a luta dos tipógrafos ganha contornos ainda mais definitivamente antiescravistas, quando a IATF funda o Club Abolicionista Gutemberg e se faz presente em outras sociedades que também lutavam pela libertação dos escravos. O Club Gutemberg atuou de maneira bastante significativa no movimento abolicionista, editando o jornal *Lincoln*, entregando “cartas de liberdade” e organizando uma escola noturna e gratuita que contava com alunos de diversas profissões e nacionalidades.

O editor de *Lincoln* era o tipógrafo Evaristo Rodrigues da Costa, citado por seu xará Evaristo de Moraes como “negociante, estabelecido com tipografia na travessa do Ouvidor, residente na rua General Caldwell, o qual acolhia os egressos do cativo, tanto na sua casa de comércio, como na sua moradia” (MORAES, 1986, p. 48.). A ação, contundente, de Rodrigues da Costa e sua Tipografia Central em prol da liberdade dos escravos também foi citada por André Rebouças (SILVA, Eduardo 2003, p.97 e MATTOS, Mimeo, p. 16), que editava panfletos abolicionistas pela dita tipografia.

Entre os tipógrafos também estava presente a avaliação sobre o perigo da revolução negra, que estaria vinculado aos efeitos da lei de 1871. Esta avaliação é ainda um elemento de justificativa tanto para a abolição, quanto para a necessidade de que esta fosse realizada dentro dos marcos da ordem. Segundo eles, existia o perigo de

*“uma revolução tremenda e horrível, porque será feita nas trevas, tem o seu gérmen na própria lei de 28 de Setembro, e de cuja revolução serão mais ferozes batalhadores os 260.000 ingênuos já existentes, que dia a dia, a proporção que se desenvolvem fisicamente vão compreendendo e presenciando os horrores do látigo, do*

*tronco e da gargalheira que sofrem seus pais, porque são escravos? Prevenir isto, prevenir talvez, a morte cruenta de quem é tão cruel – o senhor – para com essa raça infeliz, é ser revolucionário?” (Lincoln, nº 2, 01 de janeiro de 1883)*

Este trecho sugere que, apesar das experiências e lutas comuns os tipógrafos responsáveis pela edição do órgão de propaganda abolicionista do Clube Gutemberg, não se igualavam aos escravizados e aos possíveis interesses mais radicalizados destes. Por *mais radicalizados* leia-se, entretanto, o “perigo” da revolução – violenta –, e não toda e qualquer tática fora dos marcos legais, uma vez que, como veremos adiante, os tipógrafos tinham evidentes ligações com a Confederação Abolicionista. Temos visto que discursos e táticas mais radicalizadas, entretanto, estavam presentes também entre os tipógrafos, como é o caso dos republicanos editores de *Revolução*, por exemplo. De uma forma ou de outra, as ações desta categoria apontavam, no mais das vezes, para uma inserção dos ex-escravos em uma ordem já existente, da qual estes trabalhadores abolicionistas já se consideravam participantes. É importante ressaltar também que o discurso temerário em relação à uma possível revolução negra estava inscrito em uma estratégia de pressão pelo fim da escravidão. Este fato possibilita também o entendimento de que, neste caso, as diferenças existentes estavam realçadas por uma estratégia de luta com um fim comum. Não podemos também incorrer na visão errônea de que os escravizados e libertos fossem mais radicais simplesmente pela força da experiência direta da exploração do trabalho escravizado. Os diversos exemplos presentes na historiografia, das mais variadas formas de negociação demonstram que por todos os grupos sociais se faziam presentes posicionamentos e ações mais ou menos radicalizadas.

A ação dos tipógrafos, contudo, era coerente com seus discursos e fazia coro às ações de outras sociedades abolicionistas, como no caso da escola fundada pelo Club Gutemberg para “libertar e instruir os cativos”, tida como “a nobre missão dos honrados artistas”. A participação no poder legislativo também era bem vista, e um dos presidentes da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, Alberto Victor, chegou a ser eleito para a Câmara Municipal de Niterói, a fim de, segundo orientação do jornal, “(...) sustentar francamente a necessidade da abolição dos escravos no Brasil”. O pequeno artigo saudando a vitória de Alberto Victor foi escrito por João Clapp (*Lincoln*, nº 2, 01 de janeiro de 1883), que certamente era um dos abolicionistas que, assim como Pinto de Mendonça e Vicente de Souza, eram tidos pelos tipógrafos como *populares* (*Lincoln*, nº 2, 01 de

janeiro de 1883). Clapp e do tipógrafo Procópio Russel estavam presentes em uma das ações da Confederação Abolicionista, que vale a pena citar aqui:

*“Um serviço de propaganda em que se esmerou a Confederação Abolicionista, desde 1884, foi limpar da escravidão certas ruas centrais da cidade (...). Foi assim que, bem antes da lei de 13 de maio, já não existiam escravos nas ruas do Ouvidor, Sete de Setembro, Uruguaiana e Nova do Ouvidor (travessa). A comissão incumbida de se entender com os ‘senhores’ era composta dos seguintes abolicionistas: Luiz de Andrade, João Clapp, Ernesto Sena, Procópio Russel, (tipógrafo, ainda hoje empregado na Imprensa Nacional) (...), e outros” (grifos meus). (MORAES, 1986, p. 50)*

## 1.2 Homens de Cor

Outra organização que nos ajuda a entender o abolicionismo entre os trabalhadores cariocas é a Sociedade Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Esta tinha uma relação clara com o processo de abolição e também com uma identidade de trabalhadores. Os quatro membros que assinam seu pedido de registro como instaladores da sociedade fizeram questão de especificar suas profissões: um artista e três cozinheiros. Carlos Eugênio L. Soares mostra que a profissão mais disseminada entre os escravos presos era a de cozinheiro, e não a de escravo ao ganho, apesar da categoria mais forte entre os escravos capoeiras ser “a dos artesãos, englobando um anel largo de profissões, desde sapateiros a pedreiros (56%)” (SOARES, 1999, p.115). Não se quer dizer com isso que a Sociedade dos Homens de Cor era de capoeiras, mas esta é mais uma pista para entendermos as experiências e identidades compartilhadas. A profissão de cozinheiro também era constante nos agenciamentos estudados por Souza, uma profissão de “portas a dentro” (SOUZA, 2009), mas também atividade central para os *zungús* (ou casas de angú), que reuniam diversos membros das classes dominadas da Corte, assim como os escravos fugidos de outros lugares (SOARES, 1998), como o noticiado, já em 1880, pelo *Abolicionista*, que fugido de Campos trabalhava como cozinheiro na Corte (*O Abolicionista*, nº 14, 01 de dezembro de 1881).

Não é de se espantar que esta associação tivesse uma relação mais íntima com o processo de abolição, uma vez que admitia a presença de sócios escravizados. Seus objetivos se tornam explícitos no capítulo 3 dos estatutos, que trata dos deveres e direitos dos sócios e anuncia: “Os sócios sujeitos ganharão da vantagem de entrar no sorteio [anual] para a libertação; e uma vez

libertos poderão exercer todos os cargos da Sociedade, para os quais, enquanto naquela condição, não poderão ser nomeados ou eleitos.” (*O Abolicionista*, nº 14, 01 de dezembro de 1881)

E o artigo 44 estabelece que o sorteio seria feito nos aniversários de instalação da sociedade, libertando “um sócio sujeito do sexo masculino e outro do sexo feminino” (*O Abolicionista*, nº 14, 01 de dezembro de 1881). Esta forma de organização, em que os escravos e negros livres se cotizavam para propagar “ideias subversivas” nas áreas urbanas e rurais, ou, como neste caso, para comprar a alforria de algum escravo, pode ser herança, como nos aponta Costa e Silva, de “procedimentos cooperativos tipicamente africanos e que tiveram ampla vigência no Brasil, como o *esusu* iorubano” (SILVA, Alberto Costa e, 2003, p.159).

O que nos parece inovador no caso da sociedade dos Homens de Cor não é, portanto, o fato deles se organizarem com tais objetivos, e sim que eles agora lutavam também para ter a sua organização reconhecida pelo governo imperial, e com a estrutura já organizada conforme outras associações mútuas de trabalhadores. A possibilidade de terem continuado a se organizar mesmo após a negativa do Conselho de Estado é instigante e muito provável. Ações que caminhavam nas fronteiras da clandestinidade eram significativas; veremos agora algumas destas.

### **1.3 Padeiros e quilombos: anti-escravismo clandestino.**

Em 1876, surgiu na cidade de Santos o que parecia ser uma nova forma de luta contra a escravidão no meio urbano. Os trabalhadores de padaria se organizam para, utilizando brechas da lei de 1871, forjarem cartas de alforria falsas para aqueles que eram escravizados. As cartas eram usadas no interior ou em outras cidades, após paralisações conjuntas de escravizados e livres, que possibilitavam a fuga dos primeiros. Esse era, portanto, um movimento conjunto de escravizados e livres, interferindo diretamente na realidade de trabalho de todos eles.

Esta organização é um importante exemplo da capacidade e das possibilidades organizativas de trabalhadores livres e escravizados na segunda metade do século XIX. Estes padeiros, que trabalhavam em péssimas condições em horários que varavam a madrugada, iam entregar seus pães de manhã – ou melhor, os pães dos patrões – e assim disseminavam suas ideias entre os demais trabalhadores escravizados da cidade. Estes trabalhadores eram então, nas suas próprias palavras, os “primitivos abolicionistas” (DUARTE, 2002 e MATTOS, 2008), em um movimento que era organizado por quem mais sabia da necessidade de alcançar este objetivo.

A experiência de dar abrigo para escravos fugidos nas cidades pode ser remetida, entretanto, não apenas para os últimos anos da “campanha abolicionista”. Mesmo os *zungús* e os quilombos podem ser postos no contexto de criação e difusão de métodos, redes de relações e experiências que ajudaram a forjar essa cultura política (AMANTINO, GOMES e LÍBANO SOARES em SOUSA, 1998). Eduardo Silva estudou o quilombo do Leblon (SILVA, Eduardo, 2003) que, articulado à Confederação Abolicionista, cruzava “modelos associativos e esforços concretos de ação coletiva de antigas formas de organização dos escravos” (MATTOS, 2008, p. 113), além de compartilhar das formulações das organizações abolicionistas que se fortalecem e disseminam na década de 1880. Ao menos no que diz respeito aos arredores da cidade, o estudo de Márcia Amantino nos sugere que a cultura política que toma corpo nas décadas de 1870 e 1880 é, em parte, desdobramento da luta de escravizados avessos ao isolamento, e que, portanto, compreendiam a possibilidade de compartilharem daquela sociedade que os escravizara. Mesmo que não seja possível afirmar que os quilombos estudados pela autora faziam parte originalmente de uma luta anti-escravista, podemos imaginar que estes – ou os que surgiram a partir destes – tenham se transmutado em abolicionistas, ao menos, nos anos 70/80, e mais ainda, que a existência deles tenham influenciado às experiências abolicionistas precedentes (AMANTINO, 1998, pp. 109-134)\*.

Antonia Aparecida Quintão percebeu em São Paulo

*“a intensa comunicação que se estabeleceu entre as diversas confrarias de pretos, promovidas por irmãos que participavam de maneira alternada ou concomitantemente em uma, duas ou até três irmandades e que ao mesmo tempo eram membros ativos do movimento abolicionista liderado por Antonio Bento, conhecidos como caifazes.” (QUINTÃO, 2002, p. 29).*

Marcelo Badaró Mattos, a partir de Quintão, chama a atenção para a relação entre as irmandades que dos caifazes e os trabalhadores de diversos ofícios em São Paulo, demonstrando que a

*“autora identifica a presença de ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos na rede de fugas articuladas pelos caifazes. Redes de solidariedade que chegavam a incluir organizações de operários imigrantes, como o*

---

\* Assertiva semelhante pode ser feita sobre o estudo de Gomes, presente na ideia de que a autonomia construída pelos quilombolas se encontrava, ao menos em parte, exatamente na busca por uma inserção na comunidade envolvente; (GOMES, 2006, por exemplo, p. 24).



*Círculo Operário Italiano, que promoveu espetáculos em 1881 com o objetivo de angariar fundos para comprar a liberdade de escravos.” (MATTOS, 2008)\**

As contribuições do Círculo Operário Italiano, assim como as da Sociedade Recreio Dramático, tinha como destino a Caixa Emancipadora Luiz Gama (*O Abolicionista*, nº 11, 01 de setembro de 1881). Não sabemos se este Círculo de São Paulo<sup>†</sup> tem relações com o carioca *Circolo Italiano Victor Emanuel II*, que militava pela “união das classes laboriosas” (*O Trabalho*, nº 1, 31 de agosto de 1879).

Estes exemplos estão mais referenciados em São Paulo, porém, além da articulação de trabalhadores entre províncias presentes no caso dos padeiros, Maria Helena Machado nos traz outro indício de articulação entre campo e cidade, São Paulo e Rio de Janeiro. A autora cita um documento que foi recebido pelo chefe da polícia da Corte em setembro de 1885, do qual transcrevemos aqui algumas passagens:

*“Sociedade Secreta Abolicionista cujo centro é a Corte, organizada com o intuito de revolucionar a arraia-miúda e com ela apoiar a insurreição geral dos escravos para esse fim preparada na Corte, Província do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, nesses três ou quatro meses foram mandados 50 agentes pelas cinco províncias do Império. (...) Contam em São Paulo com o apoio dos italianos que se interessaram no movimento e na Corte com os trabalhadores de estrada de ferro e outros (...). Não procura só os da cidade, procura também os da roça (...).” (grifo meu). (Daesp, Polícia, caixa 2.649, ordem 214 de 1885 APUD MACHADO, In: GRINBERG; SALLES (orgs.), 2009, p. 393 e 399).*

O documento também cita os nomes de Joaquim Nabuco, Dantas, Conde d’Eu e do próprio imperador como possíveis articuladores ou referências do movimento. Acredito que mais provável seja que o discurso conservador preocupado com os caminhos abolicionistas estivesse procurando relacionar todos aqueles que compreendiam como sendo inimigos “da lavoura”. Outra possibilidade é que os supostos militantes radicais procurassem legitimar seus atos pela associação com esses nomes que, creio, não estavam envolvidos diretamente com esta situação. O método descrito, contudo, em muito nos remete ao dos padeiros. Se relacionarmos tais métodos com a periodização

---

\*O trabalho citado por Mattos é: Quintão, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo, Annablume/Faperj, 2002, pp. 95 e 104.

† Em verdade não temos certeza se o divulgado pelo *Abolicionista* é paulista ou carioca, apenas supomos que seja paulista por fazer contribuição para a associação com o nome do abolicionista de São Paulo.

do movimento dos padeiros desde 1876, podemos tranquilamente supor que a referência aos radicalismos do movimento abolicionista após a periodização de Joaquim Nabuco (NABUCO, 1999, p. 171)\* guardasse mais similaridades com culturas políticas gestadas a partir da experiência de trabalhadores (livres e escravizados<sup>†</sup>), remetendo a períodos anteriores a 1879, do que a uma elaboração intelectual externa a esses trabalhadores, como se fosse levada à cabo apenas no momento em que o “movimento abolicionista” considerasse prudente como forma de pressão institucional.

#### 1.4 Corpo Coletivo União Operária

Em 1882 são aprovados os estatutos do Corpo Coletivo União Operária. Em meio ao período de ebulição do movimento abolicionista trabalhadores de diversos ofícios se juntam para organizar uma associação que congregasse diferentes outras organizações de trabalhadores. Estavam interessados em garantir uma união e em fortalecer seus pontos de vista na organização do mundo do trabalho.

Além de trabalhadores manuais a União Operária era composta por membros mais abastados da sociedade. Alguns desses se destacavam no movimento abolicionista, ou na luta pela causa republicana. Entre os não-operários abolicionistas articulados à União Operária estava o engenheiro André Rebouças, que se tornou em 1883 um dos membros da Comissão Executiva da Confederação Abolicionista. Vicente de Souza, que citamos anteriormente como tendo realizado uma conferência em prol da abolição era membro do Corpo Consultor da União Operária.

Entre os beneficiados pela elaboração de montepios por parte da União Operária estavam, por exemplo, os operários do Arsenal de Marinha, que também participavam da campanha abolicionista (*O Abolicionista*, nº 12, 28 de Setembro de 1881).

Muitos positivistas se articulavam com setores do movimento operário – o que também ocorria na União Operária, como, por exemplo, pela presença de Benjamin Constant –, o que

---

\* A ação dos padeiros também coloca em xeque a própria periodização e o perfil institucional parlamentar formulado por Nabuco, que considera o discurso de Jerônimo Sodré, em 1879, como marco inicial do abolicionismo.

<sup>†</sup> Compõe essas culturas políticas, no caso de escravizados ao menos, também o que Gomes percebe como *protesto escravo*. Ver: GOMES, 2006 e GOMES, 1998. Emília Viotti da Costa também utiliza o termo “protesto do escravo”, considerando, em acepção diversa, que o “abolicionismo” fornece a este protesto dignidade, um novo significado político, legitimidade e uma ideologia que justificava a revolta e condenava a repressão (ver, COSTA, 2008, pp. 114-115).

também parecia estar em consonância com a necessidade de se construir uma unidade em torno da causa abolicionista. É o que podemos perceber em um manifesto da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, distribuído em 1883, em que pregava a necessidade de acabar com o “mais nefando dos cativeiros, o cativo em pleno regime industrial” (*A incorporação do proletariado escravo. Protesto da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro contra o recente projeto de governo*. Distribuição gratuita. Recife; Tipografia Mercantil; 1883. BN, IV – 201, 4, 15 n° 7.). Em outro documento positivista encontramos uma exaltação constante da atuação do poder executivo em relação à abolição e uma denúncia, com pequenas exceções, do poder legislativo. Para mudar aquele quadro momentaneamente pedia-se “que todos os cidadãos empreguem a sua influência direta ou indireta para concentrar os votos do eleitorado em candidatos abolicionistas que merecem a confiança do governo” (*A incorporação do proletariado escravo e as próximas eleições*. Boletim do Centro Positivista do Brasil. Distribuição Gratuita, Rio de Janeiro: Travessa do Ouvidor, n° 7, nov. 1884. BN – IV – 201, 4, 15, n° 15.).

### 1.5 Confederação Abolicionista

A Confederação Abolicionista de 1883, composta pela união de sociedades abolicionistas, promovia diversas ações pela abolição por meio de caminhos legais, mas era também conhecida por suas ações “extralegais”, que eram protegidas por uma ampla rede de relações entre abolicionistas membros dos setores médios e até mesmo dominantes da cidade, auxiliando na fuga, proteção e transporte de escravizados fugidos (MORAES, 1986). Evaristo de Moraes descreve a atividade extralegal da Confederação deixando claro que ela estava em pé de igualdade com as ações dentro da ordem (MORAES, 1933, p. 164).

A Confederação, “extralegalmente”, formou, por exemplo, *quilombos abolicionistas*, uma forma particular de comunidade de escravos fugidos, que se inseria no movimento abolicionista que estava se espalhando pelos setores médios da sociedade (SILVA, Eduardo, 2003). Já foi possível perceber a relação da Confederação com organizações como o Corpo Coletivo União Operária e as dos tipógrafos. A partir desta visualização não nos surpreende que entre os membros da confederação estivessem, além dos mais conhecidos, trabalhadores de ofícios diversos, não podendo faltar, é claro, os tipógrafos. Essa composição dava à Confederação um caráter diverso da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, de Joaquim Nabuco (HAHNER, 1993, p. 89).

A Confederação sofria também com a repressão mesmo em suas ações públicas “legais”, como na citada por Viotti da Costa a partir de notícia da *Revista Ilustrada* em 1887. A notícia falava sobre uma manifestação da Confederação no Campo da Aclamação, que teria sido dispersada a patas de cavalo, enquanto o “povo retirou-se indignado, mas pacífico diante os bandidos policiais” (*Revista Ilustrada*, ano 12, n. 462, 13 de agosto de 1887, p. 8, APUD COSTA, *opcit.*, p. 124.). Ao que nos parece a Confederação reunia, como era sua finalidade, posicionamentos diversos, levando, contudo, à uma postura mais radicalizada do que a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, uma vez que em seu interior estavam expressas também as experiências que vimos sendo gestadas entre trabalhadores livres e escravizados há, pelo menos, duas décadas.

De acordo com Grinberg (GRINBERG, 2006), quanto mais avançava o século e as lutas pela abolição, mais se criava uma mentalidade antiescravista entre os próprios escravizados. Acreditamos que entre os trabalhadores não escravizados também se dava o mesmo processo. Como acredito que já tenha ficado claro na forma como construímos os argumentos até aqui, consideramos que os trabalhadores cariocas não eram passivos, e nem mesmo estavam à reboque de um movimento de interesses externos às suas angústias. Esta assertiva, entretanto, não nos permite destacar as ações destes trabalhadores do contexto abolicionista do qual faziam parte e no qual se relacionavam com outros setores da sociedade.

### **Apontamentos finais**

Por falta de espaço, infelizmente, não poderemos nos estender na relação entre os trabalhadores e os projetos apresentados por abolicionistas de outros setores sociais. Questões como o gradualismo do processo, as indenizações aos escravocratas e as disputas sobre os possíveis espaços de participação de trabalhadores (em especial ex-escravos), inundavam os debates e as ações de todos os setores abolicionistas. O lugar que as pessoas ocupavam (e ocupam) na sociedade também revelavam parte das diferenças construídas no processo histórico. Neste sentido, vale fecharmos com uma pequena indicação de discussão.

O jornal *Abolicionista*, que era um órgão da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão presidida por Joaquim Nabuco, buscava constituir fortes articulações internacionais e procurava construir uma imagem de vergonha nacional, que conjugava um sentimento do país como objeto exótico de estudos estrangeiros com uma objetiva desumanização das pessoas escravizadas.

Podemos observar isso na seguinte passagem: “O nosso território está coberto de *latifúndios*, onde da casa senhorial saem as ordens para o governo das centenas de animais humanos que enriquecem o proprietário. Ali, nem religião, nem instrução, nem moralidade, nem família! (...)” (*O Abolicionista*, nº 1, 01 de novembro de 1880).

É claro que devemos fazer a consideração de que o jornal tinha um teor panfletário que o levava a carregar na tinta da propaganda, entretanto, a tinta borrava para lados específicos, especialmente o que diz respeito à imagem que tinham sobre os escravos. O borrão fica claro menos nas adjetivações grosseiras que comparam pessoas à animais do que no fato de considerarem que entre os escravizados dos latifúndios não havia religião, moralidade, família ou instrução. Afinal a concepção de moralidade, religião, família e instrução dos membros da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão revela a ideia que estes tinham de humanidade. Este aspecto fica claro ao virarmos a página do jornal e nos depararmos com a crítica “contudente” a respeito da possibilidade de execução de um artigo do projeto de Constituição:

*“O artigo 254 do projeto de constituição, organizado pela Constituinte dizia assim: ‘Terá (a assembleia) igualmente cuidado de criar estabelecimentos para a catequese e a civilização dos índios, emancipação dos negros e sua educação religiosa e industrial’. Hoje, porém, não se obteria urgência para apresentar um projeto semelhante. Falar na educação religiosa e industrial dos negros ofenderia tanto aos nossos padres como os nossos fazendeiros. A educação religiosa e industrial do escravo resume-se no chicote do feitor, e por enquanto basta”* (*O Abolicionista*, nº 1, 01 de novembro de 1880).

Em uma abordagem mais detida poderíamos perceber uma variedade de posicionamentos que caminham por determinados limites, entre os abolicionistas mais abastados. Os limites, seja dos que consideravam ser necessária uma medida imediata, seja dos que eram a favor de diferentes ritmos e métodos de protelamento, eram o respeito à propriedade, a manutenção da ordem, e a inserção segura dos escravizados como trabalhadores livres. Não acho que seja demais afirmar que os limites estavam voltados para a organização do sistema capitalista de forma mais amadurecida no Brasil, uma vez que aquelas pessoas estavam plenamente conscientes dos processos que se passavam na Europa e nos Estados Unidos (*O Abolicionista*, nº 1, 01 de novembro de 1880).

O processo histórico do qual estamos tratando é repleto de contradições. Uma delas se deve ao fato de que a transformação histórica que se processa é projetada e defendida por alguns com

base não apenas na ideia de uma nova sociedade, mas também na inserção em uma “civilização” já existente, aquela que se vê consolidando no mesmo período na Europa, com a generalização do trabalho assalariado. Nesse ponto, algumas disputas ideológicas se tornam evidentes: a força da ideia do associativismo, do positivismo e dos discursos de harmonia nacional, de uma sociedade sem conflitos etc... Se, por um lado, trabalhadores escravizados e livres se aproximavam pelo objetivo comum da libertação dos primeiros e pela experiência de vida de ambos, por outro lado uma ligação com os setores dominantes da sociedade se forjava pelo interesse da Abolição ser também comum a muitos destes. Tais questões sem dúvida influenciarão o processo posterior de busca de construção de hegemonia na sociedade brasileira, das concepções de cidadania, dos termos pelos quais se gestaria o Estado brasileiro após a queda do império e para as posteriores lutas e organizações de trabalhadores que se formarão.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMANTINO, Márcia Sueli. *Comunidades quilombolas na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, século XIX*. In: SOUSA, J. P. (org.) *Escravidão: Ofícios e Liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998, pp. 109-134.

BATALHA, Cláudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. In: *Sociedades operárias e mutualismo. Cadernos da AEL* 10/11: 43-68, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COSTA, Rafael Maul de C. *Trabalhadores livres e escravos na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, mimeo., monografia de graduação em história, 2003.

\_\_\_\_\_ *Os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1850-1888)*. In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord.) *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004, pp. 59-82.

\_\_\_\_\_ *Trabalhadores do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: algumas experiências organizativas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado, 2006.

\_\_\_\_\_ *Escravidos moralmente lutam contra a escravidão de fato: os trabalhadores livres e a luta pela Abolição no Rio de Janeiro nos fins do século XIX*. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo B.; TERRA, Paulo C. (orgs.) *Faces do Trabalho: escravizados e livres* Niterói: EdUFF, 2010, pp. 89-118.

\_\_\_\_\_ *Trabalhadores, abolição e cidadania: reflexões sobre o processo histórico no Rio de Janeiro*. In: PEREZ, Eliane (org.) *Pesquisa na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

DUARTE, Leila. *Pão e Liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2002.

GOMES, Flávio dos S. *História, protesto e cultura política no Brasil escravista*. in SOUSA, J. P. (org.) *Escravidão: Ofícios e Liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998. pp. 66-67.

\_\_\_\_\_. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRINBERG, Keila *Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX*. In: LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

HAHNER, June E. *Pobreza e Política. Os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: EdUnb, 1993.

MACHADO, Maria Helena P. T. “*Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas*”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 367-400.

MATTOS, Marcelo Badaró *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

\_\_\_\_\_ *Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (anos 1850-1910)*. Mimeo.

MORAES, Evaristo de *A escravidão africana no Brasil (das origens à extinção)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

\_\_\_\_\_ *A Campanha Abolicionista: 1979-1888*. Brasília: Edunb, 1986.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

SILVA, Alberto Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Eduardo *As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Carlos E. L. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1998.

\_\_\_\_\_ *A Negregada Instituição: os capoeiras na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

SOUSA, Jorge Prata (org.) *Escravidão: Ofícios e Liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998.

SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços : o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. São Gonçalo: Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2009.

VITORINO, Arthur J. R. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. Campinas: Dissertação de Mestrado, 1995.

#### FONTES CITADAS:

*O Trabalho* (nº 1, 31 de agosto de 1879 e nº 5, 28 de setembro de 1879)

*O Typographo*, (número 4 e nº 2, 04 de novembro de 1867)

*Lincoln*, nº 2, 01 de janeiro de 1883

*O Abolicionista* (nº 1, 01 de novembro de 1880; nº 11, 01 de setembro de 1881; nº 12, 28 de Setembro de 1881 e nº 14, 01 de dezembro de 1881)



*A incorporação do proletariado escravo. Protesto da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro contra o recente projeto de governo.* Distribuição gratuita. Recife; Tipografia Mercantil; 1883. BN, IV – 201, 4, 15 nº 7.

*A incorporação do proletariado escravo e as próximas eleições.* Boletim do Centro Positivista do Brasil. Distribuição Gratuita, Rio de Janeiro: Travessa do Ouvidor, nº 7, nov. 1884. BN – IV – 201, 4, 15, nº 15.